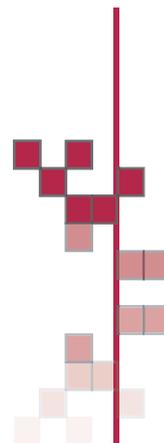


Reflexões sobre a pesquisa com grupos focais nas ciências sociais e humanas: a questão da quantidade de participantes, proveniência e local de organização



The focus group in social science research: questions about group's size, composition and location

Ricardo Fernandes Pátaro¹
ricardopataro@gmail.com

Geiva Carolina Calsa²
gccalsa@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre a pesquisa com grupos focais a partir de investigação de doutorado em educação que utilizou a técnica no estudo de representações docentes. Na literatura, encontramos convenções para organizar grupos focais na pesquisa em ciências sociais e humanas. Destacam-se as recomendações de que os grupos focais sejam formados por um mínimo de 6 e um máximo de 8 pessoas, desconhecidas e reunidas em local neutro. Ainda que sejam importantes, tais convenções podem levar a um entendimento tácito de que haveria uma forma ideal de se trabalhar com grupos focais. O presente artigo tem por objetivo problematizar tais recomendações ao apresentar pesquisa que utilizou grupos focais fora dos padrões, com 20 pessoas conhecidas em seu próprio lugar de trabalho cotidiano. Os resultados retomam a importância de levar em consideração os objetivos de uma investigação ao organizar grupos focais. Diante de nossa experiência, concluímos que as convenções que incidem sobre os grupos focais são mais norteadoras do que prescritivas e organizamos sugestões para a condução de grupos focais na pesquisa em ciências sociais e humanas.

Palavras-chave: Grupo focal. Origem e histórico. Pesquisa qualitativa.

Abstract

This article presents some issues about the focus groups from a doctoral research in education that used the focus group technique to study the teacher's representations. In the scientific literature we find guidelines for organizing focus groups in social and human sciences. These guidelines include the usual recommendations that focus groups should consist of 6 to 8 unknown participants, gathered in a neutral place. Although important, such conventions may lead to a tacit understanding that there would be an ideal way to work with focus groups. This article aiming at problematize these conventions presenting a research that used focus groups out of standards, with 20 people who known each other in their daily work place. The results recall the importance of considering the research objectives when organizing focus group. From our experience, we conclude that conventions are more guidelines than prescriptions and we organize suggestions for conducting focus groups in human and social science research.

Keywords: Focus group. Origin and history. Qualitative research.

¹ Doutor em educação, professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD, da Universidade Estadual do Paraná – Unespar.

² Doutora em educação, professora do Programa de Pós Graduação em Educação – PPE, da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

Introdução

Este artigo tem origem em uma pesquisa de doutorado em educação que utilizou a técnica de grupos focais para estudar as representações de docentes da educação básica a respeito dos objetivos da escola (Pátaro, 2015). Em nossa pesquisa, realizamos três sessões de grupos focais com 20 docentes de uma escola pública da região centro-ocidental do estado do Paraná. Os grupos focais foram usados como procedimento principal de investigação e para interpretação dos dados utilizamos a análise temática de conteúdo das discussões grupais (Bardin, 2011). Ao longo da pesquisa, entramos em contato com a literatura que versa sobre grupos focais, bem como limites, características e particularidades dessa técnica, elementos que desejamos aqui compartilhar na expectativa de contribuir com pesquisadores(as) que desejam trabalhar com a metodologia focal.

A literatura que aborda os grupos focais é vasta e repleta de orientações sobre como organizar e conduzir grupos focais. Ainda que isso seja importante e necessário, percebemos que algumas orientações podem levar a um entendimento tácito de que haveria uma melhor forma de se trabalhar com grupos focais (Barbour, 2009; Halkier, 2010; Zuckerman-Parker e Shank, 2008). Algumas das orientações mais difundidas e comentadas na literatura incidem basicamente sobre três elementos de um grupo focal: a quantidade de participantes, sua proveniência e o local de organização das sessões. Ainda que não exista um consenso, geralmente se recomenda que os grupos focais sejam formados por 6 a 8 participantes, organizados em sessões com pessoas desconhecidas entre si e realizados em lugar neutro, ou seja, diferente do cotidiano dos(as) participantes da pesquisa (Bunshaft e Gondim, 2004; Fern, 1982; Gaskell, 2017; Gatti, 2012; Gondim, 2003; Kind, 2004; Powell e Single, 1996). São esses os três elementos que desejamos problematizar, já que em nossa pesquisa de doutorado organizamos grupos focais com 20 docentes que se conheciam, em sessões realizadas na própria escola em que trabalhavam juntos.

Para tanto, organizamos neste artigo um levantamento de fatores históricos que podem ajudar a entender a origem de algumas orientações sobre como trabalhar com grupos focais. Apresentamos também os objetivos e o contexto de desenvolvimento de nossa pesquisa, quando nos deparamos com circunstâncias que levaram a expandir as orientações comumente encontradas a respeito de como organizar grupos focais na pesquisa em ciências humanas.

Diante do exposto, o objetivo do presente texto é levantar reflexões que auxiliem no desenvolvimento de investigações que tenham a intenção de usar o grupo focal. Nesse sentido, iniciaremos este artigo abordando um breve histórico e algumas características gerais dos grupos focais, já que seu contexto de origem pode ajudar a entender as orientações mais marcantes a respeito da organização de grupos focais em investigações científicas. Em seguida, trataremos de maneira mais específica sobre as orientações que se referem à quantidade de participan-

tes de um grupo focal, sua proveniência e local de realização das sessões, já que é nesse terreno que desenvolveremos nossas reflexões. Será particularmente importante notar que alguns fatores históricos deram origem a convenções que incidem tanto na quantidade de participantes de um grupo focal, quanto em sua proveniência e local de desenvolvimento das sessões. Será a partir de tais convenções que apresentaremos as decisões que nos levaram a organizar grupos focais que podemos denominar "fora dos padrões", na intenção de alimentar o debate acerca da utilização dessa técnica na pesquisa em ciências sociais e humanas. Embora não seja nosso objetivo principal, apresentaremos também um rápido panorama da pesquisa de doutorado que originou este artigo.

Cabe destacar, ainda, que não temos a intenção de organizar um compêndio sobre grupos focais, mas tão somente elencar alguns dos desafios que enfrentamos em nossa pesquisa ao trabalharmos com essa técnica. Embora a utilização de grupos focais tenha crescido nas últimas décadas, as entrevistas individuais são tradicionalmente privilegiadas na pesquisa em ciências humanas e sociais e o uso do grupo focal ainda pode ser considerado em expansão, o que reforça a importância de refletir a respeito das particularidades da pesquisa com metodologias grupais (Gaskell, 2017; Gatti, 2012; Gondim, 2003). Diante disso, este artigo apresenta reflexões em torno de uma experiência de pesquisa com grupos focais no intuito de contribuir com o debate acerca das orientações para uso dessa técnica, especialmente no que diz respeito à quantidade de participantes, sua proveniência e local de realização das sessões de grupo focal, como passaremos a discutir a seguir.

Grupos focais: histórico, definições e características básicas

Para traçar um histórico dos grupos focais, é importante destacar que se originaram da noção de terapias de grupo, sendo adotados por volta de 1920 pelo campo do *marketing* e propaganda e mais recentemente pela área de ciências sociais e humanas. Robert Merton é frequentemente citado como responsável por pesquisas grupais chamadas "entrevistas focais" durante a Segunda Guerra Mundial. Suas pesquisas tinham viés positivista e buscavam testar reações de grupos às propagandas de guerra, o que resultou mais tarde no termo "grupos focais". Ao longo do tempo, os procedimentos de Merton passaram por modificações teóricas e metodológicas, aproximando-se do que entendemos por grupos focais atualmente (Gatti, 2012; Kind, 2004; Wibeck, *et al.*, 2007).

Usadas desde meados de 1920 pelo campo de *marketing* e propaganda, as discussões em grupo nessa área auxiliam no entendimento das decisões pessoais do(a) consumidor(a) no momento da compra, bem como dos detalhes e motivos de suas preferências, necessidades e grau de satisfação (Fern, 2001; Gatti, 2012; Morgan, 1997). Entre 1970 e 1980, o grupo focal se expandiu para além das pesquisas de mercado e começou a

ser utilizado em outras áreas – dentre elas as ciências sociais e humanas – na investigação de processos de influência grupal, de conversação, avaliação, pesquisa-ação e intervenção. A partir dessa expansão, o grupo focal passou a ser visto como um procedimento que buscava, não somente entender as opiniões de indivíduos isolados, mas as crenças e representações construídas na interação, em contextos específicos de comunicação social (Gatti, 2012; Wibeck, *et al.*, 2007).

Uma das maneiras de definir o que são grupos focais na contemporaneidade é pensá-los como discussões coletivas realizadas junto aos participantes de uma pesquisa. Os grupos focais são constituídos por um(a) moderador(a) da discussão, juntamente com pessoas convidadas a dialogar sobre um tema a partir de suas experiências, crenças, opiniões, representações, valores e outros elementos que se manifestam em momentos coletivos (Gatti, 2012; Gondim, 2003; Morgan, 1997; Powell; Single, 1996).

Definida enquanto atividade coletiva, um dos objetivos do grupo focal é buscar compreensões da construção social de percepções, atitudes e representações de um grupo diante de um tema. Para além do que ocorria na tradição positivista, atualmente a técnica de grupos focais nas ciências humanas tem priorizado as relações sociais que se estabelecem nos processos de comunicação, permitindo a emergência de pontos de vista e processos emocionais. A partir do contexto de interação, o grupo focal pode favorecer – por meio das trocas que ocorrem no diálogo – não só a discussão de experiências e opiniões pessoais, como também as experiências comuns, bem como a emergência dos valores que as subsidiam (Gatti, 2012; Gondim, 2003).

Em sua origem, as informações oriundas dos grupos focais eram muito utilizadas para construir questionários de pesquisa ou serviam para nortear o preparo de entrevistas individuais, por exemplo. Posteriormente, entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, o grupo focal também passou a ser usado e reconhecido como instrumento principal de uma investigação e, nas últimas décadas, tem se acentuado ainda mais seu uso em pesquisas na área de ciências sociais e humanas (Fraser e Gondim, 2004; Gatti, 2012; Gondim, 2003; Powell e Single, 1996; Vaughn *et al.*, 1996).

Embora existam diferentes formas de categorização de seu uso na pesquisa, os grupos focais podem ser classificados basicamente de três maneiras: [i] como fonte principal de dados, [ii] como procedimento preliminar e [iii] como técnica complementar de investigação (Fern, 2001; Gaskell, 2017; Gatti, 2012; Gondim, 2003; Morgan, 1997).

Quando usados como fonte principal, a pesquisa ocorre durante a própria discussão grupal, que é considerada suficiente para a investigação que se almeja. Nesse caso, os grupos focais podem ajudar a compreender o processo de interação entre os(as) participantes de um grupo, pouco acessível por meio de técnicas individuais de entrevista, por exemplo.

Já como fonte preliminar, os grupos focais podem ser usados para produzir conhecimentos necessários à elaboração de outros instrumentos de pesquisa ou ainda para dar suporte a

programas de treinamento e de intervenção em uma realidade.

Quando utilizados como fonte complementar, por sua vez, os grupos focais são associados a outros instrumentos de investigação – como questionários individuais ou pesquisa participante, por exemplo – constituindo as chamadas propostas multimétodos (Bunshaft e Gondim, 2004; Gatti, 2012; Gondim, 2003).

Na área de ciências humanas, vale a pena frisar que as interações sociais ocorridas em uma discussão grupal são tomadas como formadoras de opinião, subsidiadas por processos de influência social (Veiga e Gondim, 2001). Tais processos possuem, segundo Powell e Single (1996), uma natureza sinérgica, visto que os(as) participantes de um grupo focal entram em contato com os pontos de vista levantados pelos demais – algo que geralmente não ocorre em uma entrevista individual – e as falas de cada participante, ao mesmo tempo em que são influenciadas pelas falas dos(as) outros(as), também as influenciam. Fazendo uso de um conceito de Morin (1990, 2003), essas características dos grupos focais nos permitem afirmar que a influência e a sinergia destacadas remetem a um processo de retroação das interações.

Dessa maneira, os grupos focais são uma metodologia de pesquisa sensível à contribuição pessoal de cada participante e também suscetível às construções coletivas, visto que as pessoas interagem, colocam suas experiências, concordam e divergem não necessariamente na busca por um consenso, mas influenciadas pela natureza relacional e de retroação das interações. Em uma discussão coletiva existem influências mútuas que se multiplicam durante o diálogo e com complexas retroações entre o indivíduo e o grupo, relações de mesma ordem daquelas presentes entre os seres humanos e a sociedade a qual pertencem, como afirma Morin: "Se não houvesse a sociedade e a sua cultura, uma linguagem, um saber adquirido, não seríamos indivíduos humanos. Por outras palavras, os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos. Somos simultaneamente produzidos e produtores." (Morin, 1990, p. 108). Sendo assim, podemos dizer que o objeto de estudo em um grupo focal refere-se às pessoas, enquanto seres únicos, em seus processos de comunicação e interação social. A base de tal premissa é um olhar complexo para a sociedade, entendida como algo produzido a partir das relações entre os indivíduos, mas que também retroagem sobre tais indivíduos, influenciando a própria constituição humana, como afirma Morin (1990). Consequentemente, se entendemos o indivíduo e o social a um só tempo, como produtores e causadores do que os produzem, as interações sociais passam a ser elementos formadores de opiniões individuais. Sendo assim, as falas das pessoas que participam de um grupo focal situam-se no contexto individual e particular criado naquela discussão e, ao mesmo tempo em que são influenciadas pelas falas dos(as) outros(as) participantes do grupo, também as influenciam, o que nos leva a entender a importância do elemento individual em grupo focal, ainda que a técnica de pesquisa seja grupal.

Diante do exposto, o âmbito individual se torna presente no coletivo (Morin, 1990) e a técnica de grupos focais não prioriza os aspectos coletivos dos processos de comunicação, mas leva em consideração também os individuais. Podemos afirmar,

portanto, que o grupo focal promove uma interação entre os âmbitos individual e social, em uma busca por ligação – e não separação – entre o social e o individual; entre a sociedade e o indivíduo; entre o todo e as partes. Se o indivíduo e o grupo, vistos em sua totalidade, são dois elementos geralmente entendidos como antagônicos, em um grupo focal são tomados como complementares no curso das discussões coletivas. O indivíduo, o grupo e o contexto maior no qual se inserem são, portanto, constitutivos uns dos outros, em uma perspectiva que enfatiza as interferências recíprocas entre distintos elementos (Pátaro, 2015; Morin, 2002, 2010).

Ao lado da notada expansão no uso de grupos focais como fonte principal em pesquisas na área de ciências humanas e sociais, vale também reconhecer o conjunto de críticas dirigidas a essa técnica. Embora não seja esse nosso objetivo, é importante registrar que o grupo focal sofre questionamentos que giram em torno de aspectos como o tamanho da amostra, a objetividade, a (im)possibilidade de generalização, a moderação dos grupos, o uso do grupo como unidade de análise, as influências mútuas entre participantes, entre outros aspectos (Gondim, 2003). A escolha consciente do grupo focal como metodologia de pesquisa exige que tais críticas sejam avaliadas diante dos objetivos da pesquisa que se pretende desenvolver.

Depois de apresentadas algumas de suas características básicas, dedicaremos os próximos tópicos para apresentar as orientações que se referem à quantidade de participantes de um grupo focal, sua procedência e o local de realização da discussão, bem como a apresentação dos caminhos de nossa pesquisa e o registro das possibilidades que se abriram para nosso trabalho com grupos focais fora dos padrões.

Número de participantes de um grupo focal

Na literatura que discute a metodologia de grupos focais, encontramos variadas orientações a respeito do número de participantes. Algumas sugerem grupos formados por 4 a 12 pessoas (Gondim, 2003; Fern, 1982), outras recomendam de 6 a 10 participantes (Debus, 1997; Powell e Single, 1996), e algumas indicam ainda de 7 a 15 ou trabalham junto a mais participantes, com as devidas adaptações na dinâmica de organização do grupo para garantia do diálogo (Bunchaft e Gondim, 2004; Zuckerman-Parker e Shank, 2008).

Embora exista a recomendação de que os objetivos de uma pesquisa devam ser levados em consideração para delimitar o número de pessoas em um grupo focal, não há consenso a respeito da quantidade de participantes e, comumente, indica-se que um grupo focal seja composto por um mínimo de 6 e um máximo de 8 pessoas (Barbour, 2009; Gatti, 2012; Gondim, 2003; Fern, 1982; Powell e Single, 1996).

Historicamente, encontramos três motivos principais para que o tamanho de um grupo focal fique circunscrito a um mínimo de 6 e um máximo de 8 pessoas. O primeiro motivo de-

ve-se ao fato de os grupos focais terem sua origem na noção de terapias de grupo, como apontado anteriormente. Nesse âmbito, a experiência de terapeutas convencionou que grupos com menos de 6 pessoas nem sempre favoreciam a interação necessária para constituição de um *corpus* de dados a serem analisados. Por outro lado, grupos com mais de 8 pessoas tendiam a ser de difícil moderação. Diante dessa experiência com as terapias de grupo, tais princípios foram transferidos para os grupos focais. O segundo motivo refere-se também a um fator histórico. Como já dito, desde suas origens os grupos focais são bastante usados em pesquisas de *marketing* e, nessa área, é importante não apenas identificar as preferências e decisões do(a) consumidor(a), mas entender os detalhes e motivos de cada decisão. Com poucos participantes, os detalhes necessários para uma boa análise ficariam restritos e, com muitos participantes, seria difícil obter informações pormenorizadas de cada um (Gondim, 2003; Vaughn *et al.*, 1996; Zuckerman-Parker e Shank, 2008). Para finalizar, há um terceiro elemento levado em consideração para restringir os grupos focais a uma certa quantidade de participantes: aumentar o número de pessoas em um grupo focal pode aumentar também o tempo de espera entre o instante no qual a ideia surge e o momento de proferi-la ao grupo. Isso poderia aumentar também a probabilidade de maior polarização do debate, com participantes desistindo, perdendo o interesse, sentindo-se perdidos ou sobrecarregados com a quantidade de opiniões e interações, o que poderia levar a concordarem com os demais por comodidade, por exemplo, dando origem aos “caroneiros” – participantes que se beneficiam da situação de interação grupal, mas pouco oferecem em troca (Gondim, 2003).

Os três motivos apontados nos ajudam a entender porque a quantidade de participantes em uma sessão de grupo focal tem sido fator de preocupação. Vale destacar que esses três motivos não são os únicos, mas nos ajudam a contextualizar a ideia tácita de que os grupos focais “ideais” seriam constituídos por 6 a 8 participantes, noção que desejamos problematizar.

Ainda que os fatores destacados até aqui sejam importantes e devam ser objeto de reflexão para o planejamento de pesquisas com grupos focais, é importante frisar a existência de experiências que relatam a possibilidade de obter sucesso desenvolvendo grupos focais com mais participantes do que o recomendado tradicionalmente na literatura. Considerando nossa intenção de problematizar as recomendações usuais, é importante frisar a existência do que podemos denominar grupos focais “fora dos padrões”, que podem ser conduzidos com as devidas adaptações na dinâmica de organização do grupo e levando em consideração os objetivos de cada investigação. Bunchaft e Gondim (2004), por exemplo, relatam grupos focais realizados com 20 costureiras de uma cooperativa popular de trabalho, no intuito de investigar a identidade organizacional daquele grupo. Para assegurar a heterogeneidade das participantes, o registro adequado das discussões e a possibilidade de todas partilharem suas percepções, as costureiras foram divididas em dois subgrupos de 10 participantes cada. As autoras destacam ainda que o fato de a moderadora dos grupos focais conhecer e acompanhar

a trajetória de implantação da cooperativa favoreceu a discussão entre as participantes do grupo focal. Zuckerman-Parker e Shank (2008) também trabalharam com grupos focais constituídos por mais de duas dezenas de pessoas e afirmam que é possível conduzir grupos focais em larga escala. No caso específico de Zuckerman-Parker e Shank, os autores descrevem grupos focais com 24 pessoas organizadas em oito subgrupos. O desafio foi proporcionar a participação efetiva de todos(as). A solução encontrada foi encorajar a organização de subgrupos por afinidade, o que favoreceu a interação. Assim, as pessoas mais próximas discutiam e depois levavam para o grande grupo o resultado de sua discussão, o que foi avaliado como uma estratégia positiva pelos autores.

Os dois exemplos demonstram como é possível fazer adaptações para expandir a quantidade de participantes. As pesquisas citadas demonstram também a importância de valorizar outros elementos, para além da quantidade de participantes, que podem ser decisivos e favorecer a interação necessária em um grupo focal, como no caso citado por Buchaft e Gondim (2004) no qual a moderadora conhecia as participantes do grupo focal.

No próximo tópico, discutiremos mais dois aspectos que merecem atenção na organização de um grupo focal: os critérios de escolha para a proveniência dos participantes (conhecidos ou desconhecidos) e o local de realização das sessões (locais neutros ou do cotidiano).

Proveniência dos(as) participantes e local de organização de um grupo focal

Em se tratando da proveniência dos(as) participantes, há duas possibilidades básicas de constituição dos grupos focais: [i] com participantes conhecidos entre si e [ii] com desconhecidos. Os grupos focais organizados com pessoas conhecidas são geralmente conduzidos em instituições formais como ferramenta para trabalho em grupo, diagnóstico, avaliação, introdução de programas e tomadas de decisão. Já os grupos focais organizados com pessoas desconhecidas são tradicionalmente utilizados quando se deseja garantir uma maior objetividade e neutralidade dos dados oriundos das interações entre os(as) participantes, além de minimizar os efeitos que as possíveis relações de poder possam vir a apresentar em um grupo (Gaskell, 2017; Gatti, 2012; Gondim, 2003). Juntamente com o critério da proveniência (conhecidos ou desconhecidos), é importante salientar que os(as) participantes de um grupo focal podem também ser pensados a partir de características como idade, gênero, grau de instrução e ainda aspectos que possam vir a aproximar ou diferenciar os(as) participantes.

Quanto ao local, os grupos focais podem ocorrer em: [i] espaços do cotidiano ou [ii] espaços chamados neutros – diferentes dos frequentados pelos(as) participantes. Usa-se também a

nomenclatura "grupos naturais", quando os contextos são os do próprio grupo ou comunidade, e "grupos artificiais", quando são realizados em laboratórios equipados com espelhos unidirecionais, câmeras e sistemas de gravação (Debus, 1997; Gondim, 2003).

Geralmente, os grupos focais constituídos por pessoas conhecidas ocorrem em seu próprio local de trabalho/cotidiano, enquanto grupos focais com desconhecidos são organizados em outros espaços, o que não se constitui, no entanto, uma regra rígida. Para além dessa definição, é importante destacar que a escolha do local de realização dos grupos focais precisa levar em consideração a adequação do espaço físico, de maneira que o registro do processo de discussão possa ser feito adequadamente. A pesquisa de Buchaft e Gondim (2004) exemplificada anteriormente, relata grupos focais organizados com pessoas conhecidas, mas realizados em local artificial – laboratório com sistema de gravação e sala de observação atrás de espelho unidirecional. Os critérios levantados até aqui, portanto, não são excludentes e devem partir de escolha consciente (Buchaft e Gondim, 2004; Gatti, 2012; Gondim, 2003).

Recorrendo à origem dos grupos focais, podemos identificar duas justificativas básicas para as definições que incidem sobre a escolha da proveniência dos(as) participantes e do local de realização de grupos focais. Em primeiro lugar, a intensa utilização dos grupos focais em pesquisas de *marketing*, já mencionada anteriormente, convencionou que a técnica priorizasse pessoas desconhecidas em ambiente de laboratório. Tal convenção se deve ao fato de que, na área de propaganda, há um interesse de que os dados oriundos dos grupos focais expressem a reação de uma variedade de pessoas em relação aos produtos, o que pede a constituição de grupos heterogêneos com a intenção de conhecer variados perfis de consumidores e planejar novos produtos. Além disso, diante essencialmente da necessidade de uma tomada rápida de decisão – característica das pesquisas de mercado – tornou-se constante o uso de laboratórios, já que são ambientes preparados para receber rapidamente os(as) participantes e onde se pode apresentar os produtos em condições mais próximas das ideais (Caplan, 1990; Gondim, 2003; Minayo, 2014; Vaughn *et al.*, 1996).

Em segundo lugar, a ideia de que grupos focais ideais seriam aqueles realizados com pessoas desconhecidas e em lugares artificiais provém da tentativa de garantir uma maior objetividade e neutralidade dos dados (Gaskell, 2017; Gatti, 2012; Gondim, 2003). Além de remeter ao positivismo vigente à época em que os grupos focais despontaram, essa normativa parte do princípio de que grupos naturais podem reproduzir mais facilmente tanto as relações de poder entre os membros quanto os acordos implícitos a respeito do que deve ou não deve ser dito. Embora a existência de tais acordos e relações não se limite a pessoas que se conhecem previamente, é importante reconhecer que existem e podem vir a se manifestar com maior intensidade em grupos formados por pessoas já conhecidas. Em alguns países, inclusive, é norma que os grupos focais sejam realizados em laboratórios, entendidos como espaços supostamente mais adequados para garantir objetividade (Debus, 1997; Gaskell, 2017). Entretanto, é

importante reconhecer também que, a depender da concepção de ciência adotada, haverá distinções importantes na maneira de entender a questão da objetividade e da neutralidade na pesquisa, aspecto que será abordado adiante.

Embora os parâmetros destacados anteriormente possam ser justapostos – o que certamente atribui complexidade à pesquisa com grupos focais – é comum encontrarmos orientações sugerindo que grupos focais sejam formados idealmente por pessoas desconhecidas e em espaço físico neutro (Bunchaft e Gondin, 2004; Fern, 1982; Gaskell, 2017; Gatti, 2012; Gondim, 2003; Kind, 2004; Powell e Single, 1996). Entendemos que a intenção dessas orientações é dar os primeiros encaminhamentos de como trabalhar com grupos focais. Por outro lado, consideramos que podem também vir a simplificar as decisões que envolvem a organização de grupos focais e, portanto, precisam ser vistas com cautela, já que podem ocultar a necessidade de se decidir sobre a proveniência e local de organização de grupos focais a partir dos objetivos da investigação, e não somente a partir das convenções tradicionalmente adotadas (Barbour, 2009; Gatti, 2012; Gondim, 2003). O mesmo podemos afirmar a respeito da quantidade de participantes de um grupo focal, como analisamos anteriormente.

Em suma, as decisões acerca do local e proveniência dos(as) participantes de um grupo focal merecem tanta atenção por parte do(a) pesquisador(a) quanto a quantidade de pessoas. No caso de nossa pesquisa, optamos por realizar os encontros com um grupo natural, ou seja, 20 docentes que já se conheciam e no seu próprio local de trabalho. A partir de agora, passaremos a discutir as circunstâncias e decisões que nos levaram a organizar grupos focais que podemos denominar fora dos padrões convencionados. Antes, porém, consideramos importante traçar um breve panorama da pesquisa que desenvolvemos e que possibilitou levantar reflexões a respeito da técnica de grupos focais. Na sequência, passaremos a abordar nossa experiência, no intuito de contribuir para o debate em torno dos critérios e decisões que pesam na organização de pesquisas grupais.

Um breve panorama da investigação

As reflexões que apresentamos neste artigo se originaram em uma pesquisa de doutorado em educação (Pátaro, 2015) que teve como objetivo identificar e analisar representações docentes sobre os objetivos da escola, em especial a partir do entendimento de que a escolarização é um direito de todos(as) – ideia decorrente da democratização do acesso à escola no Brasil. Essa democratização levou ao questionamento de uma pedagogia baseada na exclusão de estudantes com dificuldades de aprendizagem e de comportamento e, com isso, a instituição escolar passou a receber parcelas da população antes excluídas. A chegada na escola de estudantes representantes da primeira geração de suas famílias com acesso à escolarização ocasionou desafios que incidiram diretamente sobre os objetivos da escola, de modo que professores(as) passaram a se deparar com um

número maior de estudantes com dificuldades de diferentes naturezas (Araújo, 2011, 2014; Esteve, 2004; Oliveira, 2007; Pátaro, 2015, 2018, 2019). Foi diante de tal situação que definimos o objetivo da pesquisa: buscar compreender as representações de docentes da educação básica acerca dos objetivos da escola na contemporaneidade.

Em nossa pesquisa, os grupos focais foram tomados como fonte principal de dados e desenvolvidos ao longo de três sessões, com um total de 20 docentes, conhecidos entre si e discutindo o tema da pesquisa na própria instituição escolar em que trabalhavam juntos. Justificamos tal formato a partir dos objetivos de nossa investigação, que tinham o propósito de buscar uma aproximação aos encontros rotineiros de conversação que ocorrem entre docentes na escola, momentos nos quais dialogam sobre os desafios do cotidiano e constroem, coletivamente, suas representações. Cientes das possíveis dificuldades de se trabalhar com um grupo de 20 participantes, elaboramos um roteiro de moderação com um espectro mais amplo de questões e elementos de apoio. Assim, para cada uma das três sessões de grupo focal que realizamos, preparamos um roteiro contendo uma questão principal e uma média de 9 questões complementares, que tinham o objetivo de incentivar o debate e promover a interação.

Além disso, cada sessão de nossos grupos focais alternava as discussões em dois momentos distintos. Primeiramente organizávamos uma discussão coletiva e moderada pelo pesquisador, seguida sempre de uma rodada individual – mais próxima à finalização da sessão e na qual era dada a cada participante a oportunidade de se manifestar. A intenção era contornar o desafio descrito na literatura e que pode acometer grupos focais com muitos participantes, qual seja, a sobrecarga com a quantidade de opiniões e interações que pode levar à perda do interesse e à comodidade. O roteiro e as sessões de nossa pesquisa estão resumidos no Quadro 1, a seguir.

Cada sessão teve duração de aproximadamente 120 minutos e as questões presentes no roteiro tinham o objetivo de evitar que tópicos relevantes não fossem discutidos ou que o grupo abordasse um assunto importante muito tarde (Gondim, 2003). Cabe destacar, porém, que o roteiro de um grupo focal não pode ser confundido com um questionário. Além disso, é recomendado que as primeiras questões abordadas sejam mais gerais, para funcionarem de elementos deflagradores e não inibirem a participação (Gatti, 2012; Gondim, 2003; Trad, 2009). A existência de um roteiro também tem a intenção de garantir – conforme o grupo focal vai se desenvolvendo – o aprofundamento da discussão, sem fugir dos objetivos da pesquisa e nem comprometer a fluidez alcançada no decorrer da conversação. Em nosso caso, o roteiro de cada sessão iniciava com uma pergunta mais ampla e norteadora, seguida de perguntas complementares, elaboradas para auxiliar o grupo a manter o diálogo e utilizadas pelo moderador durante a discussão. A presença do roteiro ajudou-nos a encontrar um equilíbrio entre a fluência da discussão no grupo e nossas intervenções, que ocorriam para introduzir novas questões, garantir a participação de todos(as) e facilitar o processo de diálogo (Gatti, 2012; Gondim, 2003).

Quadro 1: Resumo das sessões de grupo focal desenvolvidas com o grupo de 20 docentes

	Sessão 1	Sessão 2	Sessão 3
Início da sessão	Apresentação da pesquisa e pesquisador, regras básicas de participação em um grupo focal.	Retomada de regras de participação e síntese da sessão anterior.	Retomada de regras de participação e síntese da sessão anterior.
Resumo do roteiro com perguntas das sessões	Descreva dificuldades vividas com alunos(as) na escola. Qual o envolvimento dos(as) estudantes nas situações descritas? Como se sentem diante das situações descritas? O que as situações demonstram?	Como as situações descritas no encontro passado interferem nos objetivos da escola? Em sua opinião, quais são os objetivos da escola? Como alcançá-los?	Quais os aspectos positivos e negativos do que discutimos até aqui? O que apontam tais aspectos? Como se sentem com relação ao que foi dito?
Síntese da sessão	Síntese da discussão para confirmação de inferências e interpretações do pesquisador.	Síntese da discussão.	Síntese da discussão e encerramento das sessões de grupo focal.

Fonte: (Pátaro, 2015)

Neste artigo, não temos a intenção de apresentar as representações docentes com as quais entramos em contato durante nossa pesquisa, mas apontar nosso aprendizado com a realização de grupos focais com um número maior de participantes do que se recomenda, conhecidos entre si e discutindo sobre a temática da pesquisa em seu próprio local de trabalho. A esse respeito, dedicaremos o próximo tópico.

Uma experiência com grupos focais fora dos padrões convencionados

Uma vez que tenham sido apresentados alguns elementos históricos e características básicas dos grupos focais, passaremos a apresentar, neste tópico, como os objetivos de nossa investigação influenciaram nas características dos grupos focais que desenvolvemos.

Como vimos anteriormente, fatores históricos associados à origem dos grupos focais dão apoio a convenções amplamente divulgadas a respeito de como organizar pesquisas de campo com essa técnica. Logo de início, é importante destacar que entendemos tais convenções como preocupações legítimas. Refletir a respeito da quantidade de participantes de um grupo focal, pensar sobre sua composição e local de realização das sessões é essencial para que esse tipo de pesquisa possibilite interação adequada entre os(as) participantes e resulte em dados pormenorizados (Gatti, 2012; Gondin, 2003; Fern, 1982; Powell e Single, 1996). Por outro lado, ainda que se convença que um grupo focal seja composto por 6 a 8 pessoas desconhecidas entre si e reunidas em local neutro, a partir da experiência que vivemos em nossa pesquisa entendemos que tais indicações não

podem se transformar em prescrições rígidas e os objetivos de uma investigação devem sempre ser observados na organização de grupos focais, do que deriva a importância de registrarmos experiências com grupos fora das convenções citadas.

Como já destacado, organizamos grupos focais com 20 docentes conhecidos entre si, discutindo sobre o tema da pesquisa em seu próprio local de trabalho. Para entender a decisão de organizar grupos focais com essas características, acreditamos que é importante apresentar algumas particularidades de nossa investigação.

Desde o início de nosso estudo, buscávamos uma metodologia que permitisse aproximar nossa pesquisa de campo aos momentos cotidianos de conversação docente que ocorrem no interior da escola. Com esse interesse, os grupos focais se revelaram uma oportunidade de realizar nossa investigação com um clima similar ao que pode ser encontrado nos encontros rotineiros de conversação que ocorrem nas escolas – a exemplo dos momentos de reunião, de conselho pedagógico, a hora do intervalo ou a sala do café. Sabemos que nesses encontros os(as) docentes dialogam coletivamente sobre suas representações, êxitos, problemas, dificuldades e sobre o que lhes afeta conjuntamente no dia-a-dia, já que compartilham experiências e também convivem em um mesmo ambiente. Sabemos também que tal ambiente é formado não somente pelo espaço físico da instituição na qual atuam profissionalmente, mas ainda pela atmosfera social que se cria quando conversam nesse espaço e sobre o que ocorre nesse espaço. Nesses momentos de conversação, as representações são elaboradas e compartilhadas, dando origem a uma atmosfera quase concreta que envolve os(as) integrantes de um grupo social (Moscovici, 2011). É essa atmosfera que permite a cada indivíduo do grupo verbalizar suas representações,

compartilhando-as e dialogando com os demais – e era esse diálogo compartilhado no cotidiano que desejávamos acompanhar em nossa investigação.

Desde o início da pesquisa, portanto, nosso desejo era entrar em contato com representações docentes partilhadas no ambiente escolar, mas, acima de tudo, partilhadas por pessoas que trabalham juntas e, conseqüentemente, se conhecem, convivem e partilham experiências. Esse era o nosso desejo, que não pode ser entendido como a única maneira de olhar para as representações docentes. É certo que poderíamos ter buscado docentes que não se conhecessem – e que ainda assim partilhariam da mesma profissão e experiências universais, por exemplo –, mas isso não atenderia ao objetivo de nossa investigação.

Considerando que o grupo focal prioriza a atividade coletiva e busca compreender a construção social de representações (Gatti, 2012; Gondim, 2003; Morgan, 1997), a escolha da pesquisa grupal pareceu-nos a mais adequada para possibilitar o contato que desejávamos com o contexto de experiências vividas por um grupo de docentes a respeito dos objetivos da escola (propósito de nossa investigação). Diante disso, projetamos uma pesquisa de campo cujo objetivo foi dialogar com docentes de uma escola pública estadual da região centro-ocidental do Paraná, colégio que atende a famílias de baixa renda e está localizado na periferia do município. Foram planejadas um total de 3 sessões focais para criar um espaço de conversação no qual professores e professoras pudessem manifestar suas representações sobre a temática por nós pesquisada. O objetivo era que essas sessões nos permitissem investigar os momentos de interação entre aqueles(as) docentes, momentos que, a longo prazo e no cotidiano, criam relações de estabilidade e recorrência de crenças e opiniões que fornecem uma base comum para as representações que são compartilhadas em um grupo (Gatti, 2012; Gondim, 2003; Moscovici, 2011).

Diante dos objetivos de nossa pesquisa, logo de início pareceu-nos que limitar a quantidade de participantes e/ou convidar docentes de diferentes escolas – para seguir as convenções históricas que incidem sobre os grupos focais – poderia limitar também as interações que desejávamos acompanhar. Se, por um lado, convidar docentes de diferentes escolas poderia diversificar as experiências discutidas nos grupos focais, por outro lado, poderia também criar um contexto artificial, já que as diferentes experiências – igualmente ricas – seriam provenientes de diferentes contextos e talvez não apresentassem o peso do cotidiano compartilhado, como desejávamos. Assim, nossa opção foi investigar o contexto de uma determinada escola, pública, de periferia, em cujo cotidiano os(as) docentes viviam os desafios da escola contemporânea e que se relacionavam aos objetivos de nossa pesquisa.

Considerando nosso desejo de entrar em contato com as representações de um determinado grupo de docentes, pareceu-nos apropriado que todos os(as) 20 professores(as) que lecionavam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental daquela escola participassem da pesquisa, integrando as sessões de grupos focais que seriam por nós organizadas. Dessa maneira, em vez de res-

tringir a quantidade de participantes para seguir as convenções mais comuns, decidimos possibilitar a participação de todos(as) os(as) docentes. Essa não foi uma decisão rápida ou fácil e ainda contou com um elemento de imprevisibilidade, já que optamos por convidar a todos(as) os(as) docentes daquela escola, mas não sabíamos quantos(as) docentes aceitariam. Para nossa surpresa, todos(as) os(as) docentes aceitaram e passamos a trabalhar fora das convenções mais comuns sobre grupos focais. Cabe destacar, mais uma vez, que teria sido possível restringir uma quantidade máxima de participantes, mas diante dos objetivos de nossa pesquisa, optamos por estender o convite a todos(as).

A partir do exposto, observamos que os objetivos de nossa investigação e nossas intenções metodológicas levaram à **opção por organizar grupos focais com mais participantes do que a literatura recomenda** e conhecidos entre si. Essa foi uma decisão planejada e testada, inclusive, nas pesquisas-piloto que desenvolvemos. Insistimos aqui que teria sido possível realizar os grupos focais com menos participantes, mas certamente o contexto seria outro. Em nossa pesquisa, o fato dos(as) docentes se conhecerem e estarem todos(as) presentes nas sessões enriqueceu a discussão nos grupos focais, fortalecendo o sentido de grupo que desejávamos captar e as interações que almejávamos investigar, elementos essenciais para a constituição da natureza sinérgica presente na pesquisa com grupos focais (Powell e Single, 1996).

Vale destacar que embora nosso objetivo fosse trabalhar com todos(as) os(as) docentes daquela escola, ainda não considerávamos a possibilidade de realizar as sessões de grupos focais na própria escola. Foi apenas a partir de uma sugestão da coordenadora daquela instituição que passamos a considerar essa possibilidade. A coordenação, juntamente com a direção da escola, entendeu que o tema de nossa pesquisa era potencialmente formativo e contribuiria, não só para nossa investigação científica, mas também para as reflexões que a escola proporcionava regularmente a respeito da prática docente e dos desafios vividos em seu cotidiano. Diante disso, estruturou-se a ideia de realizar os grupos focais na própria instituição escolar, em momento destinado à formação pedagógica dos(as) docentes, o que nos levou, finalmente, a organizar os grupos focais de nossa pesquisa em torno de três elementos básicos: [i] com um número de participantes acima do que o recomendado, [ii] com participantes conhecidos entre si e [iii] em espaço de seu próprio cotidiano. A respeito do segundo e terceiro elementos, consideramos importante tecer mais algumas considerações.

Como vimos anteriormente, em se tratando da proveniência dos participantes, a literatura sobre grupos focais reconhece duas possibilidades: grupos com participantes conhecidos ou desconhecidos entre si. Já com relação ao local de realização das sessões, há igualmente duas possibilidades: em espaços do cotidiano ou neutros. Entretanto, no intuito de garantir uma maior objetividade dos dados oriundos dos grupos focais, a recomendação mais comum é a de que os grupos focais sejam organizados com pessoas desconhecidas entre si e realizados em lugar neutro (Debus, 1997; Gaskell, 2017; Gatti, 2012; Gondim,

2003). A esse respeito, cabe lembrar que a ciência clássica se fundou sob as marcas da objetividade e da neutralidade, em busca de "[...] um universo constituído de objetos isolados (em um espaço neutro) submetido a leis objetivamente universais." (Morin, 2002, p. 124). Sob essa ótica, o fenômeno estudado existiria independentemente das relações que poderia estabelecer com outros fenômenos e sem que o(a) cientista participasse de sua construção. Para a ciência clássica, portanto, a objetividade seria alcançada quando fossem eliminadas as interações que um objeto mantém com outros ao seu redor. Por conseguinte, ser objetivo seria buscar explicações sobre os fenômenos, independente do lugar que ocupamos no mundo. Dessa maneira, os fenômenos existiriam independentemente de suas relações e supostamente todos olharíamos para um fenômeno e o entenderíamos da mesma maneira (Gondim, 2003; Morin, 1990, 2002, 2010). No contexto de surgimento dos grupos focais, essa visão de ciência ajuda a explicar a relação que se estabeleceu entre a objetividade de um grupo focal e a suposta neutralidade do espaço usado, ou a importância que foi dada à proveniência dos(as) participantes – com preferência de que não se conhecessem previamente para que fossem minimizadas as relações entre os integrantes do grupo, ou seja, as interferências mútuas, os acordos implícitos e relações de poder entre os(as) participantes.

Os critérios de objetividade e neutralidade da ciência clássica destacados anteriormente, no entanto, podem ser difíceis de se alcançar em investigações cujo objeto são as pessoas em suas interações sociais, quando entram em jogo tanto a interpretação que o(a) pesquisador(a) realiza do fenômeno estudado quanto as interações entre os diferentes elementos que compõem esse fenômeno, como é o caso dos(as) participantes de um grupo focal – aspecto central para a metodologia grupal (Gondim, 2003). Assim, aquele universo composto por objetos isolados em um espaço supostamente neutro (tanto do ponto de vista do observador quanto do próprio objeto) começa a dar lugar a um universo composto por objetos que estão em interação com inúmeros outros. No caso de nossa pesquisa, partimos de uma perspectiva de complexidade, que olha para os fenômenos e considera a existência de um número incalculável de interações entre diferentes elementos (Morin, 1990, 2010), de modo que, em lugar da objetividade e neutralidade almejadas anteriormente, buscamos possibilidades, permeadas pela objetividade e regularidade, mas também pela aleatoriedade, desordem e incerteza. Assim, não se trata de ignorar a importância da objetividade e da neutralidade na pesquisa científica, mas reconhecer seus limites e ter consciência de que, em alguns casos, é necessário transgredi-los, passando a considerar que os fenômenos estudados pela ciência não podem ser isolados e nem são neutros, o que certamente valoriza a multidimensionalidade dos fenômenos, entendendo-os não apenas em seus aspectos objetivos, mas também subjetivos e dialógicos (Pátaro, 2015; Morin, 1990, 2010)

Em virtude do exposto, consideramos que foi justamente o contato com um grupo de docentes que trabalhavam juntos, discutindo sobre suas representações em seu próprio lugar de trabalho – ao contrário das convenções veiculadas pela literatu-

ra – que abriu a possibilidade de entrarmos em contato com elementos contextuais que poderiam ser eliminados caso buscássemos apenas elementos universais ou supostamente objetivos e montássemos um grupo de desconhecidos em lugar neutro. Se a ciência clássica hipervalorizava a neutralidade em busca de leis, o que muitas vezes eliminava o singular e contextual, acreditamos que tivemos a oportunidade de não reduzir a reflexão científica apenas ao conhecimento de leis gerais e supostamente objetivas (Morin, 1990, 1996, 2010), tendo acesso ao contexto particular daqueles(as) docentes sem desconsiderar que o local está presente também no universal, ou seja, na realidade de inúmeras outras escolas brasileiras que vivem desafios similares aos que a escola de nossa pesquisa vivia.

Não desconsideramos que o fato dos(as) professores(as) trabalharem juntos(as) em uma mesma escola pode ter imposto alguns acordos tácitos e evidenciado algumas relações de poder entre eles e elas, como alerta Gondim (2003). No entanto, não podemos negar que a existência de experiências em comum, contextuais e localizadas – intensificadas pelo contato que aqueles(as) docentes já possuíam e pelo local de trabalho – foi decisiva para que proferissem opiniões, comentários e percepções que também expressavam cotidianamente em suas conversas pelos corredores da escola, na sala de professores, no intervalo, com colegas de trabalho ou estudantes e seus familiares, elemento que desejávamos captar, como colocamos anteriormente. Além disso, em se tratando do universo escolar, acreditamos que o risco da reprodução de acordos implícitos existiria mesmo diante de um grupo artificialmente montado, visto que há várias ideias e elementos que podem ser reproduzidos quando se dialoga com colegas de profissão, mesmo desconhecidos.

Ainda que nossa avaliação tenha sido positiva, foi necessário tomar alguns cuidados para minimizar os efeitos dos acordos implícitos e das relações de poder que podem influenciar o funcionamento dos grupos focais, sobretudo aqueles realizados com pessoas conhecidas em sua própria instituição de trabalho. Em nosso caso, a presença de profissionais de outras hierarquias escolares, como diretores e coordenadores, foi avaliada como algo a ser evitado e os(as) participantes dos grupos focais eram apenas professores e professoras.

Ao expandirmos as convenções mais comuns para organização de grupos focais foi necessário adequar também os parâmetros de moderação. Ainda que os ganhos tenham sido visíveis para nós – já que as interações entre os 20 docentes produziram muito material e manifestaram a complexidade dos objetivos da escola contemporânea no cotidiano escolar – a quantidade de participantes exigiu um cuidado maior com o roteiro norteador das sessões de grupo focal, bem como atenção redobrada para a participação de todos(as) nas discussões.

Em nosso caso, para amenizar a polarização do debate e garantir a participação de todos(as), alternamos as discussões em dois momentos: [i] discussão coletiva moderada e [ii] rodas nas quais era dada a oportunidade de todos(as) se manifestarem, um a um. Com isso, tínhamos a intenção de contornar o problema descrito na literatura e que pode acometer grupos

focais com muitos participantes, qual seja, a sobrecarga com a quantidade de opiniões e interações que pode levar à perda do interesse e à comodidade, como apontado anteriormente (Gondim, 2003; Vaughn *et al.*, 1996).

Para encerrar, é importante registrar que notamos, em nossa experiência de pesquisa, uma certa ambivalência (Morin, 1990, 2010) presente nas convenções históricas, já que os mesmos elementos utilizados como fatores de alerta foram os que, quando subvertidos, nos trouxeram as características que buscávamos em nossa pesquisa. Assim, os critérios vistos, a princípio, com preocupação – e anunciados em alguns momentos como aqueles a serem evitados – tornaram-se o núcleo em torno do qual os(as) professores(as) participantes de nossa pesquisa mantiveram conversações essenciais que levaram o grupo focal a ser uma fonte de interações por meio das quais foram evidenciadas as representações que buscávamos. Essa observação, juntamente ao que destacamos anteriormente, nos permite afirmar que conhecer, compreender e refletir acerca das convenções que incidem sobre os grupos focais é tão importante para embasar a decisão de segui-las quanto para oferecer segurança na opção de expandi-las, ambivalência que reforça a ideia de que a pesquisa com grupos focais é uma prática complexa e cheia de nuances que precisam continuar a ser debatidas e exploradas.

Enfim, as adaptações e os cuidados que tomamos com os grupos focais – que certamente expandiram algumas das convenções veiculadas em guias e literaturas especializadas – foram decisões pautadas nos objetivos de nossa investigação e que nos permitiram garantir o diálogo entre os(as) docentes participantes da pesquisa. Isso nos leva a crer que são válidas as experiências com grupos focais fora dos padrões descritos na literatura, e mesmo que tais experiências exijam adaptações, podem nos ajudar a continuar expandindo o debate em torno dos critérios para se organizar grupos focais na pesquisa em ciências sociais e humanas.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos uma experiência de pesquisa com grupos focais a partir de investigação de doutorado em educação que utilizou a metodologia grupal com 20 docentes de uma escola pública estadual da região centro-ocidental do Paraná (Pátaro, 2015). Diante da expansão do uso de grupos focais em investigações das áreas de ciências sociais e humanas, buscamos reforçar a importância de alimentar o debate em torno de suas particularidades, especialmente no que diz respeito a três questões frequentemente abordadas na literatura sobre grupos focais: a quantidade de participantes, sua proveniência e local de organização dos encontros.

Partindo de uma análise da origem dos grupos focais, verificamos que a influência da noção de terapias de grupo, a intensa utilização na área de *marketing* e propaganda, além do viés positivista presente nas primeiras pesquisas, foram alguns dos elementos que levaram a convencionar que os grupos fo-

cais fossem formados por um mínimo de 6 e um máximo de 8 pessoas, desconhecidas entre si e reunidas em local neutro (Bunchaft e Gondin, 2004; Fern, 1982; Gaskell, 2017; Gatti, 2012; Gondim, 2003; Kind, 2004).

Ainda que tais recomendações sejam importantes, em meio à vasta literatura que versa sobre grupos focais é possível perceber certa tendência à interpretação das convenções históricas como “formas ideais” de se organizar grupos focais, o que pode atenuar e até mesmo ocultar uma outra orientação, igualmente importante, de que os grupos focais sejam pensados também a partir dos objetivos de uma investigação. Assim, entendemos que as convenções a respeito de como organizar grupos focais são ambivalentes (Morin, 1990, 2010) e devem ser compreendidas como linhas mestras que podem, a depender dos objetivos de uma investigação, ser expandidas dentro de contextos e circunstâncias particulares à pesquisa que se deseja desenvolver (Barbour, 2009; Gatti, 2012; Gondim, 2003).

Diante de tais considerações, e a partir de nossa experiência de pesquisa com grupos focais, organizamos sugestões para a condução de grupos focais na pesquisa em ciências sociais e humanas. A intenção é contribuir com outras investigações que desejam utilizar o grupo focal como metodologia para pesquisa de campo. As sugestões retomam as reflexões apresentadas neste artigo e estão organizadas a seguir de maneira objetiva:

- Em primeiro lugar, ainda que existam indicações históricas de que um grupo focal seja composto por 6 a 8 pessoas desconhecidas entre si e reunidas em local neutro, destacamos a importância de problematizar tais convenções para que não levem ao entendimento de que haveria uma melhor forma de se trabalhar com grupos focais. É possível afirmar, inclusive, que tais convenções possuem características ambivalentes, já que conhecer, compreender e refletir acerca delas é tão importante para embasar a decisão de segui-las quanto para oferecer segurança na opção de não segui-las. Assim, as orientações acerca da organização de grupos focais na pesquisa devem ser entendidas mais como norteadoras do que prescrições rígidas.
- Destacamos também a importância de levar em consideração os objetivos da investigação para organização de grupos focais. Em nossa experiência de pesquisa, os objetivos da investigação foram essenciais para a organização de grupos que denominamos “fora dos padrões”, com 20 pessoas, conhecidas entre si e dialogando em seu próprio local de trabalho.
- Uma vez que se abra a possibilidade de trabalho com um número de participantes acima do que o recomendado na literatura, a quantidade de interações também é significativamente maior, o que enriquece a discussão e aumenta a quantidade de material coletado. Nesses casos, é indicado adequar os parâmetros de moderação e participação. A quantidade de pessoas exige um cuidado extra com o roteiro das sessões de grupo focal, bem como atenção redobrada para assegurar a parti-

cipação de todos(as). Em nosso caso, foram adotadas medidas para amenizar a polarização do debate e garantir a participação. Para cada uma das três sessões, preparamos um roteiro com uma pergunta principal e uma média de 9 questões complementares, que tinham por objetivo incentivar o debate e a participação. Além disso, as discussões foram organizadas em dois momentos. A cada sessão, era realizada uma discussão coletiva moderada e, na sequência, rodadas nas quais era dada a oportunidade de todos(as) se manifestarem.

- Em grupos naturais, nos quais os(as) participantes se conhecem, a técnica grupal permite aproximar a pesquisa de campo aos momentos rotineiros de interação, possibilitando o registro de diálogos, experiências e representações que são compartilhadas pelo grupo em seu dia-a-dia. Nesses casos, o peso do cotidiano compartilhado é evidenciado e o sentido de grupo fortalecido. Em nossa pesquisa, tal fator revelou-se fundamental para impulsionar a participação, já que o fato dos(as) docentes possuírem um trabalho juntos, conviverem cotidianamente na escola e apresentarem muitas experiências compartilhadas levou-os a mencionarem tais experiências durante os grupos focais, impulsionando a participação e aumentando o interesse de discutir e expor suas crenças e representações sobre o tema por nós pesquisado.
- Em grupos focais realizados no próprio local de trabalho dos(as) participantes é importante tomar alguns cuidados para minimizar os efeitos dos acordos implícitos e das relações de poder que podem influenciar o funcionamento dos grupos. No caso de nossa pesquisa, a presença de profissionais de outras hierarquias escolares, como diretores e coordenadores, foi avaliada como algo a ser evitado e os(as) participantes dos grupos focais eram apenas docentes. Por outro lado, grupos focais realizados no próprio local de trabalho dos(as) participantes abrem possibilidades de valorização de elementos contextuais que poderiam ser eliminados, sobretudo no caso de grupos organizados em espaços neutros e com pessoas desconhecidas.

Em suma, ao registrar os caminhos e desafios vividos durante nossa pesquisa, esperamos ter deixado reflexões que possam servir de auxílio a investigações que pretendem trabalhar com a técnica de grupos focais. Ainda que avaliemos positivamente os grupos focais por nós realizados, vale lembrar que não temos a intenção de apontar uma única forma de se organizar pesquisas de campo com metodologias grupais, mas sim alimentar o debate e aprofundar a compreensão a respeito das relações entre os objetivos de uma investigação e a composição de um grupo focal. O intuito é evitar compreensões simplificadas e prescritivas que podem levar ao entendimento de que existiriam maneiras "ideais" para se organizar grupos focais. A partir da experiência vivida em nossa pesquisa, entendemos que o grupo focal deve ser pensado a partir dos objetivos de uma investiga-

ção, pela problemática discutida e outras particularidades teórico-metodológicas apontadas na literatura – e que ajudam tanto a entender as preocupações expressas nas convenções quanto expandi-las. O que aprendemos, em nossa experiência de pesquisa com grupos focais, é que os objetivos de uma pesquisa podem revelar tanto a importância de seguir as convenções mais comuns que incidem sobre a organização de grupos focais quanto orientar novas estratégias e adaptações dessas convenções.

Assim, para além das noções de muitos ou poucos, conhecidos ou desconhecidos, neutros ou não, é fundamental avaliar se os objetivos da investigação podem ser alcançados e se a participação será garantida a todos(as) os(as) participantes, elementos que devem sempre ser observados na pesquisa com grupos focais na área de ciências sociais e humanas.

Referências

- ARAÚJO, U. F. 2011. A quarta revolução educacional: a mudança de tempos, espaços e relações na escola a partir do uso de tecnologias e da inclusão social. *ETD – Educação Temática Digital*, 12(n.esp): 31-48. <https://doi.org/10.20396/etd.v12i0.1202>
- _____. 2014. *Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação*. São Paulo, Summus, 120 p.
- BARBOUR, R. 2009. *Grupos focais*. Porto Alegre, Artmed, 216 p.
- BARDIN, L. 2011. *Análise de conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 279 p.
- BUNCHAFT, A. F.; GONDIM, S. M. G. 2004. Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. *Revista Estudos de Psicologia*, 21(2): 63-77. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2004000200005>
- CAPLAN, S. 1990. Using focus group methodology for ergonomic design. *Ergonomics*, 33(5): 527-33. <https://doi.org/10.1080/00140139008927160>
- DEBUS, M. 1997. *Manual para excelência en la investigación mediante grupos focales*. Washington, Academy for Educational Development, 97 p.
- ESTEVE, J. M. 2004. *A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento*. São Paulo, Moderna, 204 p.
- FERN, E. F. 1982. The use of focus groups for idea generation: the effects of group size, acquaintanceship, and moderator on response quantity and quality. *Journal of Marketing Research*, 19(1): 1-13. <https://doi.org/10.1177/002224378201900101>
- _____. 2001. *Advanced focus group research*. Thousand Oaks, Sage, 254 p.
- FRASER, M. T. D.; 2004. GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Revista Paidéia*, 14(28): 139-152. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>
- GASKELL, G. 2017. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ, Vozes, 520 p.
- GATTI, B. A. 2012. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília, Liber Livro, 80 p.
- GONDIM, S. M. G. 2003. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Revista Paidéia*, 12(24): 149-161. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004>
- HALKIER, B. 2010. Focus groups as social enactments: integrating interaction and content in the analysis of focus group data. *Qualitative Research*, 10(1): 71-89. <https://doi.org/10.1177/1468794109348683>

- KIND, L. 2004. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10(15): 124-136.
- MINAYO, M. C. S. 2014. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14ª ed., São Paulo, Hucitec, 407 p.
- MORGAN, D. L. 1997. *Focus group as qualitative research*. 2ª ed., Thousand Oaks, CA, Sage, 80 p.
- MORIN, E. 1990. *Introdução ao pensamento complexo*. 2ª ed., Lisboa, Instituto Piaget, 177 p.
- _____. 1996. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, D. F. (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 274-289.
- _____. 2002. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre, Sulina, 480 p.
- _____. 2003. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, C. (org.). *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 69-77.
- _____. 2010. *Ciência com consciência*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 350 p.
- MOSCOVICI, S. 2011. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ, Vozes, 404 p.
- OLIVEIRA, R. P. 2007. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educação e sociedade*, 28(100): 661-690. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>
- PÁTARO, R. F. 2015. *Entre educar e ensinar: complexidade e representações docentes sobre os objetivos da escola*. Maringá, PR. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Maringá – UEM, 220 p. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/teses/2015%20-%20Ricardo.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- _____. 2018. As revoluções educacionais na história da educação e a democratização da escola básica no Brasil: implicações para os objetivos da escola na contemporaneidade. *Revista de História da UEG, Porangatu*. 7(2): 97-222. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/8315>>. Acesso em: 21 dez. 2018.
- _____. 2019. Democratização da universidade pública e estudantes de primeira geração da UNESPAR. *Revista Contemporânea de Educação*, 14(29): 71-95. <https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.20308>
- POWELL, R. A.; SINGLE, H. M. 1996. Focus Groups. *Methodology Matters. International Journal for Quality in Health Care*, 8(5): 499-504.
- TRAD, L. A. B. 2009. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19(3): 777-796. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>
- VAUGHN, S.; SCHUMM, J. S.; SINAGUB, J. 1996. *Focus group interviews in education and psychology*. Thousand Oaks, Sage, 173 p.
- VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. 2001. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, 7(1): 1-15. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762001000100001>
- WIBECK, V.; DAHLGREN, M. A.; ÖBERG, G. 2007. Learning in focus groups: an analytical dimension for enhancing focus group research. *Qualitative Research*, 7(2): 249-267. DOI: <https://doi.org/10.1177/1468794107076023>
- ZUCKERMAN-PARKER, M.; SHANK, G. 2008. The town hall focus group: a new format for qualitative research methods. *The Qualitative Report*, 13(4): 630-635.

Submetido: 28/08/2018

Aceite: 29/11/2019